

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NO CURSO DE PEDAGOGIA

Isabelle Oliveira Montenegro¹
Nathália Rodrigues Araújo²

Universidade Estadual da Paraíba – Email: isabelle_montenegro@hotmail.com

SUMO

Tentando contribuir com novas percepções quanto à discussão de gênero no curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, venho por meio deste artigo explicitar como os alunos do sexo masculino, do referido curso, vivenciam as dificuldades no exercício de sua profissão docente no ambiente escolar como um todo. A presente autora realiza um desejo pessoal de conseguir deixar uma contribuição ao meio acadêmico ao desvelar um assunto tabu nos corredores e departamentos de licenciatura e deixar em aberto outras questões para que mais estudantes explorem a área e contribuam de outras formas. Optou, por tal área por sempre ter tido afinidade com discussão de gênero e cujo objetivo de vida se tornou a tentativa de desconstruir a dualidade homem *versus* mulher, o que culturalmente foi instituído “coisa de homem” e “coisa de mulher”. Desta forma, me atrevi a estudar a construção de gênero no curso de Pedagogia, por observar e escutar meus colegas de curso (homens) comentando o quão difícil às vezes se torna estar no meio acadêmico, cursando Pedagogia que é de construção social, cultural, político e econômica feminina. Desta forma, o artigo que segue tem como objetivo investigar quais as dificuldades dos alunos (do sexo masculino) do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I – Campina Grande, ao iniciarem a experiência docente no ambiente escolar e nas salas de aula do ensino básico, desvelando as causas destas dificuldades vivenciadas pelos mesmos no exercício de sua profissão docente e no seu ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Pedagogia, Gênero, Educação.

INTRODUÇÃO

Frente a uma instância construída social, cultural, política e economicamente por mulheres desde o início da República, a docência na área da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, vem mostrando velhos e novos atores em seu cenário, os docentes do sexo masculino. Esses, que por sua vez, aspiram a cargos de professores, gestores, coordenadores, supervisores, orientadores etc. no campo da educação, se deparam com inúmeras causalidades no ambiente de trabalho (escola) e no exercício de sua profissão docente nas salas de aula.

No curso de Pedagogia, ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba, estão matriculados trinta e nove alunos, homens, divididos nos turnos integral e noturno. Concomitante a matrícula de quinhentas e quatorze alunas, mulheres, divididas nos mesmos

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus I, Campina Grande.

² Acadêmica do Curso de Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus I, Campina Grande.

turnos. De acordo com estes dados de 2017, fornecidos pela coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, pode-se observar que há uma predeterminação histórica, já reportada

anteriormente, para que mulheres sejam bem mais aceitas como profissionais de educação (professoras, gestoras, coordenadoras, orientadoras etc.) que homens. Sendo assim, quando estes últimos vivenciam a experiência da docência se deparam com certas dificuldades relacionadas a gênero, e a mais preponderante, é a própria ausência desta experiência, por falta de oportunidade de trabalho.

Diante o exposto, serão discutidas neste artigo, quais as dificuldades que enlaçam a vivência destes alunos (do sexo masculino do curso de Pedagogia da UEPB) no seu ambiente escolar respectivo e nas suas salas de aula da educação básica.

METODOLOGIA

Buscando verificar quais as dificuldades dos alunos (do sexo masculino) do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, campus I - Campina Grande, ao iniciarem a experiência docente no ambiente escolar e nas salas de aula do ensino básico, a metodologia utilizada segundo a natureza dos dados mesclará entre qualitativa, prezando por desvelar a subjetividade dentro das relações de poder na construção de gênero no ambiente em que os sujeitos atuam, tal como a aparição ou não de dificuldades no exercício de sua profissão; e entre a quantitativa, objetivando uma coleta de dados precisa a partir de números, com rápido retorno para produção de resultados e análises, sem necessariamente a presença da autora/pesquisadora.

A relevância de identificar e explicar estas duas formas metodológicas se volta a firmar compromisso com os objetivos traçados inicialmente. Analisa-se, portanto, a natureza procedimental da pesquisa e a natureza objetiva, ampliando para um estudo de caso com levantamento de informações, de forma exploratória e descritiva. O intuito não é interferir ou modificar uma determinada situação, mas sim descrevê-la e explorá-la dentro de um contexto, visando ampliar também os estudos futuros na área.

Para tanto se faz necessário e de extrema importância o instrumento da observação, que inicialmente nos permite adentrar no cotidiano escolar em busca de um determinado problema e, quando o apontamos, teorizamos suas implicações. A observação também nos permite perceber detalhes e analisá-los, com o apoio e uso de outros instrumentos como

questionário e entrevistas. Nesta pesquisa será de grande relevância estes dois instrumentos para a discussão do tema tratado, visto que ambos nos possibilitam um olhar mais abrangente da realidade e das subjetividades dos indivíduos em tela, como dito, dentro das relações de poder nas relações de gênero tecidas no cotidiano da do ensino fundamental I da educação básica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Vieira (2003), citado por Moreira (2001, p.45), analisado em Pessoa (2011, p.23), o conceito de gênero configura-se numa dinâmica social, portanto, de acordo com o autor: “*gênero é uma categoria de análise social que estuda as relações entre homens e mulheres em uma dada sociedade*” (p.143). Seguindo esta mesma linha de raciocínio Louro (1997, apud Pessoa, 2011, p.23) nos traz a contribuição de gênero como “*construção social sobre as diferenças sexuais*”. Conclui-se que o conceito de gênero se configura dentro de cada contexto a que está inserido, apontando uma sobreposição no recorte feminino *versus* masculino inserido nas relações sociais ao longo da história.

Para Pessoa (2011) o gênero exerce função social de molde, caracterizando os indivíduos para predeterminações, como a problemática levantada neste artigo, em que, em uma instância atual de maioria feminina, os homens se sentem subjugados a discriminações e preconceito. Ele completa que há uma disposição dos indivíduos saírem dos espaços sociais como fôrmas prontas para exercer a função que lhes cabem, porém como citado anteriormente, estas fôrmas mudam com o contexto a que estão submetidas e, portanto, discute-se, como uma instância inicialmente marcada por homens (mestres), cedeu com o passar dos anos, lugar às mulheres, de forma a “dominar” toda conjuntura do magistério brasileiro como um todo, no processo que ficou conhecido como *feminização do magistério*.

Em um apanhado geral, segundo Amado e Bruschini (2013), as mulheres entre os séculos XIX e XX não tinham “voz” social, muitas não possuíam instrução nem tão pouco uma formação, desta forma eram educadas apenas num sentido de domesticidade e submissão. Para tanto, no século XIX, quando surgem as primeiras escolas normais, instituições que ofertavam ensino preparatório para exercício da prática docente, as mulheres ocuparam grande parte das vagas por ser uma das poucas oportunidades de estudo que lhes cabiam, “*Assim, a maioria das mulheres - com exceção as da elite e talvez dos poucos extratos ascendentes urbanos - não teve, de*

fato, muito acesso à escolaridade nesse período”. O ensino normal tanto servira para formar mestras para o ensino primário quanto para instrução de moças e senhoras que não tiveram a chance de frequentar escolas. Deste modo, as mesmas adentraram no universo da educação e passaram a ocupar as primeiras vagas para professoras do ensino primário,

Como o ensino secundário, com seu perfil marcadamente propedêutico, destinava-se apenas àquelas que pretendiam prosseguir os estudos até o nível superior, e este era vedado às mulheres, as escolas normais, nascidas como ramo de ensino que se sobrepunha ao primário e com uma característica marcadamente profissionalizante, converteram-se em uma das poucas oportunidades de continuação dos estudos para as mulheres. Por essa razão, acabaram servindo tanto às mulheres que iam efetivamente lecionar, quanto àquelas que pretendiam apenas prosseguir os estudos e adquirir boa cultura geral antes do casamento. (AMADO, BRUSCHINI, 2013)

Apesar dos jesuítas terem sido o registro inicial da educação formal consolidada no país, sendo essa de exclusividade dominação masculina, pois as mulheres não frequentavam a escola nem tampouco eram ofertadas oportunidades para que tivessem a atuação e formação docente, como exposto anteriormente, durante o Brasil colonial o quadro da educação, mais especificamente a atuação pedagógica, era voltado a professores homens, mestres jesuítas preparados para seu ofício, como bem aponta Louro (2003). Completamos com Ferreira (2008, p.78, apud Araújo, 2012, p.7) *“por mais de dois séculos os membros da Companhia de Jesus investiram na educação das crianças [...]”* e ainda, *“o magistério era de fato, uma profissão de homem e para homem”*.

Já, no Brasil imperial, o cenário configura-se numa dicotomia entre gêneros no processo de ensino-aprendizagem, agora tanto homens quanto mulheres podiam ser professores, desde que cumprissem a ordem da matriz curricular, como registra Viana (2014, p.7) *“no período Imperial, docentes de ambos os sexos atuavam nas séries iniciais, havendo contundo, diferenciação somente na matriz curricular ofertada para meninos e meninas”*.
Completa:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil..

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado
a instrução de

aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

(BRASIL,1827, p.1, apud VIANA, 2014, p.7).

Com a chegada do Brasil República, século XIX, a necessidade de transformar a educação escolar em complementar à educação doméstica torna-se algo preponderante para transformar todo o quadro educacional até então estabelecido. Louro (2003, p.95) nos diz,

O magistério se tornará, neste contexto, uma atividade *permitida* e, após muitas polêmicas, *indicada* para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar.

O processo de ressignificação citado pela autora infere que com o objetivo de formar o cidadão republicano, a representação feminina ultrapassa os muros domésticos e chega à escola, cabendo, portanto a mulher a função de educar as crianças, ou como refletido na citação a seguir:

[...] redimensionar o papel da mulher, na extensão de sua ação à esfera familiar (privada) para esfera escolar (pública): o papel da figura feminina também é o de educadora, entendida como extensão da ação materna: a professora de um jardim de crianças faz nada mais, nada menos, do que o papel de uma mãe zelosa do futuro de seu filho'. (BASTOS, 2001, p.33, apud VIANA, 2014, p.8).

Amado e Bruschini (2013) apresentam que diante de um contexto demarcado pela influência da igreja católica, prezando pelos bons costumes e moralidade, numa perspectiva religiosa, a ideia de que biologicamente e socialmente a mulher possui predeterminações para socializar com mais facilidade com crianças, pois se atribuía a correlação à funções sociais como mãe, esposa; criatura cuidadora, que zela pelo bem de seus filhos, e educação sendo considerada como extensão ao ambiente doméstico caberia as mesmas a função de educar as crianças das instituições primárias. Assim, constrói-se a imagem da professora como dotada de um dom maternal e mágico do fazer docente e desse modo, o trabalho pedagógico volta-se totalmente e inigualavelmente para a figura feminina, como refletido por Viana (2014).

Este processo foi resultado de um arranjo social, cultural, político e econômico,

fomentando a ideia de que o homem não possui características maternas marcadamente presentes na figura feminina, como o afeto, a paciência, a relação íntima etc., que passa a ser relacionada a prática docente. Reconfigurou toda uma visão do professor homem, atribuindo a este estranhamento frente à tarefa educativa, voltando o pensamento para o homem como pai, provedor familiar. Ou muitas vezes, e com o passar dos anos, vinculou-se a figura masculina como “perversidade sexual” (VIANA, 2014), pois foi configurado na figura feminina e em sua própria sexualidade, a visão de apta para trabalhar com crianças frente a figura masculina que na visão conservadora não seria apto para exercer tal função, como refletido,

De uma forma velada, o controle da sexualidade feminina justificaria, daí por diante, que mulheres trabalhassem com crianças, num ambiente não exposto aos perigos do mundo e protegido do contato com estranhos – especialmente os do sexo oposto. (AMADO, BRUSCHINI, 2013)

Durante o século XVIII, os homens, aponta Araújo (2012), foram atraídos para outras áreas de atuação profissional cedendo espaço para atuação de mulheres tanto como alunas quanto como professoras, “*o trabalho pedagógico para homens chegou até ser considerado desonroso*” (Amado, Bruschini; 2013). Portanto, reflete-se até o presente momento que é perceptível no contexto histórico de nosso país, nas conjunturas de magistério, a transformação histórica, apontada por Louro (2003) e Vieira (2003), que segue modificando os papéis sociais dos sujeitos enquanto homens e mulheres, professores e professoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta visão de homens e mulheres criada por uma sociedade machista, patriarcal, exposto até o presente momento, dificulta o acesso de professores homens às salas de aula e ao próprio ambiente escolar das séries iniciais da educação básica. Inserido num pensamento construído de que o homem não tem determinadas aptidões que naturalmente as mulheres teriam como trocar fraldas, dar banho, ter uma relação afetiva (ARAUJO, 2012) e outras atuações que historicamente foram atribuídas à prática professoral das séries iniciais, mais especificamente a pedagogos.

Deste modo, para consolidar nossa defesa, entrevistamos dois estudantes do curso de Pedagogia, manhã, que cursavam a partir do 5º semestre sobre a experiência de ambos no

estágio, como fora a receptividade dos demais profissionais e se o estágio foi o obrigatório ou extraclasse.

Dentro da perspectiva exposta anteriormente os dois alunos relataram que tiveram acesso às instituições a partir do vínculo com a universidade nos estágios obrigatórios, que a receptividade tanto dos profissionais quanto das crianças fora dentro do esperado, mas que ao tentarem conseguir estágios extraclasse não conseguiam por serem homens, eram ofertadas vagas de gestor, coordenador ou supervisor, mas a vontade de ambos era atuarem em sala junto as crianças.

Alicerçado num pensamento altamente discriminatório quanto também à sexualidade, trazendo vestígios culturais da distinção o que é para homem e o que é para mulher, e tudo o que foge a regra seria classificado como diferente, os questionamos se alguma vez ambos passaram por algum momento constrangedor ou algum preconceito e discriminação por estarem atuando na área de Pedagogia, elencamos esta curiosidade, pois nos próprios corredores da universidade estes alunos são configurados como homossexuais por estarem optando pelo curso citado. Deste modo as respostas foram positivas para nosso estudo, e para que haja uma reflexão nos corredores da academia, pois como relatado pelos mesmos, não houve no campo de atuação qualquer vestígio de preconceito ou discriminação em relação à sexualidade dos mesmos.

Como sabemos a atuação do pedagogo vai além de laços afetivos ou de predeterminações quanto ao gênero e construção social, é imprescindível que na escolha do ser professor desde a formação até a atuação, as crianças lidem com o (a) profissional professor/professora. Desta forma os indagamos sobre como se sentem em relação a sua própria formação, assim como o que acham, em geral, das oportunidades que os estágios obrigatórios oferecerem a estes. O primeiro professor assume ao estágio a responsabilidade de “enriquecer, conhecer de perto a realidade escolar e os problemas que a cerca no contexto atual” e quanto a sua formação admite que,

“tenho dado o meu melhor, procurando sempre alguma coisa para não parar... Tenho feito o PIBIC, participei de alguns congressos... Bem, particularmente eu fico triste, por não conseguir ingressar na área... sobretudo na Educação Infantil”. (Professor 01)

Destacamos na fala do primeiro professor uma dinâmica quanto a sua vida acadêmica e um sentimento de tristeza em relação a suas aspirações profissionais, admitindo não conseguir atuar na área que almeja por ser do sexo

masculino e encontrar dificuldades na procura de emprego no exercício da sua profissão docente. Já o segundo professor, estabeleceu que a experiência de estágio fora tudo dentro do esperado e que dependia muito da “questão da administração da escola” e quanto o valor da sua formação para o mesmo,

“Recebi uma crítica por conta da formação, na universidade do mesmo modo, sempre sendo jogado pro campo de ciências da computação. Mas eu me encontrei em relação a vida dentro do campo universitário, realmente em Pedagogia, aonde pude ser mais extrovertido, mais tranquilo comigo mesmo”. (Professor 02)

Desta forma, percebemos o que fora exposto no decorrer deste trabalho, por ser uma instancia de predominância feminina, os homens que galgam a aspirações no campo de Pedagogia são instruídos a seguir outros rumos, caminhos diferentes, mas assim como expõe em seu depoimento o estudante/professor se encontrou no curso que optou e descobriu habilidades pessoais, que o ajudou preponderantemente em sua formação acadêmica.

Assis (2000, p.3, apud ARAÚJO, 2012) aponta outro agravante que poderia ser levado em conta ao analisar a atuação masculina em salas de aula,

Em primeiro lugar, deveriam ser homens e mulheres. A discriminação que o sexo masculino sofre na área é um grande absurdo. Essa é uma fase da vida na qual a figura do homem é indispensável, principalmente pela ausência crescente do pai nas famílias. Com ou sem essa discriminação, os professores devem sempre tratar as crianças com afeto e rigor, impondo limites e abrindo horizontes. Eles têm de saber acolher, ouvir com interesse, apoiar e estimular os pequenos, levando-os a patamares mais elevados do conhecimento. Além disso, os educadores precisam ser muito curiosos e disciplinados. Por fim, é fundamental gostar das crianças, de estudar e de viver.

Constatamos a afirmação de Assis na fala do professor 02 ao dizer como foi à experiência de atuar junto às crianças da Educação Infantil, nós o indagamos a respeito de como as mesmas agiram e como foi esse contato, ele refletiu,

“Ficavam muito felizes com a minha presença, pois sempre realizava brincadeiras e procurava incentivar a interação das crianças entre elas mesmas. Elas não tinham vergonha de mim, justamente por serem crianças, nós acompanhávamos a entrada, falávamos com elas. Para elas não importava quem estava ali, pois o importante era alguém estar junto a elas, brincando, conversando etc.” (Professor 02)

Refletimos, portanto, a correlação entre as duas citações acima, quando o autor defende “*Eles têm de saber acolher, ouvir com interesse, apoiar e estimular os pequenos, levando-os a patamares mais elevados do conhecimento*” (ASSIS, 2000, p.3, apud ARAÚJO, 2012) e quando o professor expõe que realizava metodologias para que as crianças se interessassem pelo seu processo de ensino aprendizagem, a partir da interação e das brincadeiras, eixos norteadores da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica (BRASIL), mais precisamente, da Educação Infantil, o que nos prova o suporte teórico que o mesmo possuía e a qualificação exigida para executar a função de pedagogo na Educação Infantil e séries iniciais do ensino Fundamental, que é de fato, o importante neste contexto, pensar na criança enquanto sujeito social, detentor de direitos sociais, de bens culturais e, na qualificação do profissional para atuar junto a estas seja professora, seja professor, como expõe a seguinte citação,

[...] ademais, que esse profissional entenda a educação infantil como a inserção da criança no universo dos bens culturais produzidos pela humanidade (KRAMER, 1999) e faça com que essa criança construa sua autonomia para cuidar de si e da sociedade em que reside. (TEODORO, sem ano, p.7160).

Desta forma, destaca Teodoro (sem ano, p.7159) que os homens são mais propensos a atividades escolares que exijam força, comando, exercício burocrático. Entretanto, contribui inferindo que independente de masculino ou feminino, a atividade pedagogia deve voltar-se a educar a criança para que ela se desenvolva de forma autônoma e completa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modos como homens e mulheres se configuram na sociedade é dado pelo tempo e espaço a qual estão inseridos. No presente trabalho, fora exposto todo um contexto permeado de estigmas culturais, com vestígios históricos presentes nas relações sociais de poder. E de acordo com as relações de poder, os homens e as mulheres assumirão papéis predeterminados social e culturalmente.

Desta forma, durante o decorrer dos anos, uma instância, o magistério, que era marcada preponderantemente por homens, cede espaço às mulheres, entendido em uma conjuntura mais ampla, e que apesar de terem sido, os homens, pioneiros nos primeiros registros de educação formal, são as mulheres atualmente que ocupam majoritariamente os

cargos de professora das séries iniciais e, por conseguinte, os homens que optam por atuar na área se deparam com certas dificuldades no seu ambiente de trabalho escolar, como vimos no

desenvolvimento desta pesquisa.

Portanto, como defendido por vários autores e exposto e consolidado pelo depoimento

dos entrevistados, a real intenção da educação deve ser de propiciar ao indivíduo formação integral, ampla, que o desenvolva plenamente, refletindo as ações pedagógicas dentro de um contexto social, cultural, político e econômico, para isso exige-se não se exige professor ou professora, mas um profissional capacitado para atender as demandas de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

AMADO, Tina. BRUSCHINI, Cristina. **Algumas questões sobre o Magistério**. In: Estudos sobre Mulher e Educação – Cadernos de Pesquisas; Fundação Carlos Chagas; São Paulo, 2013. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/algumas-questoes-sobre-o-magisterio/>> Acesso em 09 maio 2018

ARAÚJO, Messias Pereira; HAMMES, Care Cristiane. **Interfaces da Educação: A androfobia na Educação Infantil**. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.3, n.7, p.5-20, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2017.

SANTOS, Rafaela Bastos. **A voz masculina na educação infantil**. In: ALMEIDA, Dermeval. Blog: Diário de educador. [S.L], 13 maio. 2011. Disponível em <<http://diariodeumeducadorbaiano.blogspot.com.br/2011/05/voz-masculina-na-educacao-infantil.html>> . Acesso em 25 jan. 2017.

SOUSA, Fernando Santos. **Gênero e trabalho pedagógico: O prisma do pedagogo homem nos anos de início da escolarização**. 2011. 85 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Educação, Brasília, 2011.

TEODORO, Luciano Gonçalves; LOURENCETTI, Gisela do Carmo. **Professor homem na educação infantil: o que eles têm a dizer sobre sua formação inicial? G.T 04: Formação de professor da educação infantil**. Centro Universitário Mouro Lacerda - Ribeirão Preto. Sem ano, p.7158-7169.

VIANA, Alex de Oliveira. **Um intruso na educação infantil: estudos sobre a prática docente de professores do sexo masculino na educação infantil e as contribuições destes profissionais na formação do eu psíquico**. 2014. 21 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

